



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

Memória

Série radiofônica: O Direito de Ser Diferente

Thiago Junior Nascimento Melo
Orientador: Prof. Carlos Eduardo Esch

Brasília

2º/2018

Thiago Junior Nascimento Melo

SÉRIE RADIOFÔNICA: O DIREITO DE SER DIFERENTE

Memória do projeto experimental apresentado ao curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Jornalismo, sob orientação do professor Carlos Eduardo Esch.

Brasília

2º/2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

Série radiofônica: O Direito de Ser Diferente

Projeto experimental apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Banca Examinadora

Carlos Eduardo Esch (orientador)

Elton Bruno Pinheiro (membro titular)

Leila Herédia (membro titular)

Brasília

2º/2018

Vivemos todos sob o mesmo céu,
mas nem todos temos o mesmo horizonte.
(Konrad Adenauer)

Aos meus pais Neuza e José, minha verdadeira
inspiração para continuar seguindo os meus sonhos.

Agradecimentos

Ao Deus, criador, bondoso e misericordioso, que por alguma razão permitiu que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais Neuza e José, as pessoas mais dedicadas, amorosas e bondosas deste mundo, minhas maiores inspirações.

A Silvana, Ricardo e Jéssica, melhores “manos” ever e melhores amigos.

A Regivane, prima que se tornou minha querida irmã.

Aos meus queridos amigos Thalita, Isabela, Amanda, Vinícius e Priscila, que tornaram os cinco anos de UnB um período mais doce, divertido, cheio de sorrisos e desafios.

A minha querida amiga Laura, uma profissional super talentosa, um ser humano muito gentil e uma amiga muito especial.

Ao meu “amigo-professor” e orientador Cadú, que com muita paciência e sabedoria me ajudou a amar o rádio e me tornar jornalista.

Aos entrevistados e entrevistadas, que não se incomodaram em compartilhar suas histórias comigo.

A UnB, lugar onde passei momentos inesquecíveis, instituição que permitiu que eu atravessasse fronteiras, literalmente.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Objeto jornalístico da Série.....	11
3. Justificativa	12
4. Objetivo geral	14
a. Objetivos específicos	14
5. Aspectos de reflexão teórica	15
a. A reportagem, o rádio e o áudio	15
b. Deficiência: Construção social.....	19
c. Mercado de trabalho e acessibilidade.....	26
d. Condições físicas e de comportamento escolhidas	29
6. Etapas de produção.....	38
a. Pauta e pré-produção	38
b. Produção	39
c. Pós-produção	40
d. Descrição dos episódios.....	42
7. Orçamento.....	44
8. Cronograma.....	44
9. Considerações finais	45
10. Referências bibliográficas.....	47
11. Anexos.....	51

RESUMO

Esta é a memória da série de reportagens “O direito de ser diferente”. Uma produção radiofônica com seis episódios que contém as histórias de pessoas com nanismo, autismo e deficiência visual. Os depoimentos constroem uma narrativa onde o objetivo é sensibilizar o público em relação ao preconceito e ao julgamento que pessoas com essas condições sofrem na sociedade. Na descrição a seguir é relatado como foi feita a construção da série, quais as principais reflexões teóricas utilizadas para concluir os roteiros dos episódios e de que forma a história dos personagens contribui para a promoção da cidadania.

Palavras-chave: Deficiência; Diferente; Transtorno; Superação; Preconceito

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui mais de duzentos milhões de habitantes¹, e de alguma forma, nenhum desses habitantes é igual ao outro. Cada ser humano possui alguma característica física ou comportamental que o diferencia dos demais. Mesmo diante dessa diversidade humana, a sociedade criou normas e estabeleceu o que pode ser considerado normal ou não.

Segundo o IBGE, cerca de 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência. Falar sobre deficiência no Brasil não é um tabu, mas a necessidade de uma preocupação maior por parte da sociedade em relação a estas minorias é clara. O preconceito contra pessoas com deficiência está presente nas escolas, nas empresas e nas ruas, e por essa razão, é importante chamar a atenção da sociedade em relação à indiferença que esse grupo da população tem de enfrentar todos os dias.

Com o objetivo de promover uma reflexão acerca das dificuldades impostas pelo autismo, pelo nanismo e pela deficiência visual, este trabalho busca sensibilizar os ouvintes através dos relatos de pessoas que vivem diariamente no meio social, mas que ganham “olhares tortos” por serem diferentes fisicamente ou por possuírem particularidades no comportamento.

No convívio diário, autistas, anões e cegos têm suas capacidades intelectual e social questionadas simplesmente porque não “se enquadram” nos padrões de normalidade estabelecidos culturalmente. Por essa razão, faz-se necessário a divulgação de trabalhos que possam discutir e compartilhar as histórias desses personagens, mostrando que eles existem e estão por toda parte.

Nesse contexto, é de grande importância para a construção da cidadania e do respeito às diferenças, que os meios de comunicação sejam atuantes no que diz respeito a promoção da informação correta acerca do nanismo, da deficiência visual e do autismo, para que a falta de conhecimento não gere preconceito.

A reportagem, como gênero jornalístico, enquadra-se perfeitamente na construção da informação. Reportar significa transmitir, e na série “O Direito de Ser Diferente” são as experiências humanas de pessoas diferentes da maioria da população que se pretende compartilhar. A série propõe uma reflexão acerca de

¹ Fonte: IBGE. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/> . Acesso em 6/11/2016

como nos comportamos diante da diferença do outro e se o preconceito que anões, cegos e autistas sofrem é capaz de nos tocar e de nos incomodar.

Para complementar os espaços de fala dos personagens, além do preconceito, do julgamento e da indiferença sofridos pelas pessoas com nanismo, deficiência visual e autismo, na série são propostas outras reflexões, como por exemplo, a grande dificuldade que pessoas com deficiência têm ao andar nas ruas ou usar serviços públicos por falta de acessibilidade ou como é complicado conseguir espaço no mercado de trabalho. Dois problemas que interferem na dignidade e na cidadania destas pessoas.

2 OBJETO JORNALÍSTICO DA SÉRIE

Reportar, por meio de uma série radiojornalística, como anões, deficientes visuais e autistas se sentem quando são julgados nas ruas ou quando têm sua capacidade intelectual ou capacidade de conviver socialmente questionadas? É com base nesta pergunta que a narrativa dos episódios da série foi construída.

O que importa nos depoimentos é o compartilhamento dos sentimentos e das emoções dos personagens e como eles defendem que a sociedade os conheçam, se informem acerca da condição que eles possuem e não os julguem antes de entender como funcionam as limitações deles. Isso é cidadania, e não dá para falar sobre direitos de pessoas com deficiência se primeiro não houver uma reflexão acerca do que é cidadania.

Falta informação e divulgação acerca do nanismo, da deficiência visual e do autismo. E mesmo que as estatísticas digam que existem milhões de brasileiros que possuem essas condições, é preocupante como a sociedade insiste em suprimir a empatia, desqualificando e excluindo quem é diferente. É sob essa perspectiva que foram produzidos os episódios da série radiofônica aqui descrita.

3 JUSTIFICATIVA

De forma resumida, o papel do jornalista é levar ao público a informação. Sendo a deficiência física e a deficiência de comportamento temas deste trabalho, transmitir informação sobre as temáticas escolhidas por meio da série “O Direito de Ser Diferente” significa cumprir com o papel social do jornalismo.

Esta série de reportagens é a conclusão de minha formação superior, sendo este trabalho radiofônico o resultado final de boa parte dos conhecimentos aplicados no decorrer da minha graduação. Por essa razão, a escolha pelo tema foi feita com base no papel que o jornalista precisa desempenhar como “agente social”, papel este que sempre valorizei e entendi como essencial a qualquer profissional da informação.

Algumas impressões pessoais também contribuíram para esta escolha, visto que desde o início da graduação eu me interessei por temas que envolvem os direitos das minorias.

Como citado anteriormente, pouco se fala sobre pessoas com deficiência no Brasil, apesar deste grupo da população ocupar quase $\frac{1}{4}$ do número de habitantes. Ao percebermos a falta de atenção por parte da sociedade, verifica-se que é urgente a discussão sobre o assunto. Dar visibilidade aos anões, aos cegos e aos autistas significa promover a reflexão sobre o respeito à diferença.

O enfoque escolhido para abordar as reportagens foge do padrão comum, já que a ideia da série é apresentar um olhar diferente sobre como essas pessoas se sentem ao serem questionadas se são capazes de trabalhar, de estudar ou de cuidar de si mesmas. Ou seja, a série não tem como objetivo principal explicar biológica ou cientificamente o que é o nanismo, a deficiência visual ou o autismo, mas sim, expor as percepções de vida que algumas pessoas com essas condições têm.

Em relação aos tipos de deficiência física e de comportamento escolhidos para a série, é uma questão bem pessoal. No caso do nanismo, a ausência discrepante de informações sobre essas pessoas por si só já mostra a grande necessidade de promover a informação sobre este grupo da população.

Em relação aos cegos, apesar de haver mais debates sobre a deficiência visual, é preocupante como a falta de acessibilidade e de atenção por parte dos

governos atinge a dignidade destas pessoas. O contato com uma pessoa próxima a mim que é cega me fez ter certeza de que um dos caminhos era falar sobre deficiência visual.

Já a decisão de falar sobre autismo partiu do fato de que pouco se sabe como o autismo funciona na fase adulta, a maioria das reportagens e estudos sobre autismo que encontrei são sobre crianças e os adultos passam despercebidos pela sociedade, como se o autismo desaparecesse na passagem da fase infantil para a fase adulta, mas ele continua lá, na vida dessas pessoas, mas invisível aos nossos olhos.

É importante ainda justificar minha escolha em relação ao formato “reportagem” e ao meio “radiofônico” como estrutura da série. A proposta nunca foi promover uma análise ou pesquisa em relação ao tema deficiência, mas sim, compartilhar histórias que são vividas por milhões de outros brasileiros e a forma mais ideal de fazer isso foi produzir várias reportagens que resultassem numa série.

A reportagem tem um aspecto interessante que é a abertura interpretativa dada ao repórter, quando este ganha autonomia para traduzir e confrontar perspectivas e fatos que possam guiar o ouvinte-leitor (LAGE, 2001). Os depoimentos colhidos para a série não têm outro objetivo senão o de situar o ouvinte em relação ao fato de existir milhões de brasileiros que têm limitações, dificuldades de relacionamento social e percepções diferentes de como viver a vida.

Em relação ao rádio como plataforma escolhida para divulgar as narrativas dos episódios, o motivo é o grande interesse que tenho na linguagem radiofônica, capaz de criar imaginários que outro meio não consegue. Essa paixão pelo rádio começou na disciplina de Técnicas de Jornalismo em Rádio, onde produzi minha primeira reportagem radiofônica no antigo Lixão da Estrutural (DF).

Um ano depois fui selecionado para estagiar na Rádio Senado, em Brasília, e mais uma vez confirmei minha admiração por este segmento do jornalismo que várias pessoas insistem em dizer que irá morrer, mas que continua firme e popular na vida das pessoas, porém em outras dimensões. Uma pesquisa do Ibope *Conectmídia* de 2009² mostrou que junto com a TV, com o celular e com o computador, o Rádio é um dos itens mais importantes para o brasileiro.

² Disponível em

http://www4.ibope.com.br/conectmidia/downloads/09_11_05_Conex%C3%A3o%20dos%20M%C3%ADdia.pdf
. Acesso em 21/11/2018.

Claro que já se passaram quase 10 anos após a divulgação da pesquisa, mas de lá para cá a convergência tecnológica permitiu que pudéssemos acessar o rádio em quase todos os dispositivos. Essa adaptação do rádio mostra como este meio não pode desaparecer.

O dinamismo existente na linguagem radiofônica permite-nos pensar sobre novas formas de produzir jornalismo por meio do áudio. Exemplos dessa nova era do rádio são as produções de *Podcasts* e a própria digitalização de conteúdo, produtos que ganham identidade ao serem adaptados à internet, por exemplo. Por essa razão, apesar do objetivo ser a veiculação da série em programas de rádios, o fato das reportagens estarem em formato de áudio permite que estas possam ser veiculadas também em outras plataformas além do rádio.

4 OBJETIVO GERAL

Produzir uma série de reportagens que irão sensibilizar a sociedade em relação ao preconceito e as dificuldades que anões, cegos e autistas enfrentam no dia a dia, exemplificando por meio de relatos de pessoas que possuem essas condições, que elas só esperam ter suas diferenças respeitadas. Este é o objetivo geral da série de reportagens radiofônicas “O Direito de Ser Diferente”.

a. Objetivos Específicos

- Exercitar o papel de repórter por meio da captação e apuração de depoimentos de pessoas com diferentes histórias;
- Mediar, por meio de áudios, experiências do cotidiano de pessoas com nanismo, deficiência visual e autismo e complementar estas histórias com informações sobre as temáticas;
- Fazer uso de recursos radiofônicos para montar e produzir uma série de reportagens;
- Esclarecer, de forma clara, ao ouvinte, o que é o nanismo, a deficiência visual e o autismo.

5 ASPECTOS DE REFLEXÃO TEÓRICA

a. A reportagem, o rádio e o áudio

A reportagem como gênero jornalístico nasce a partir do século XIV com a mecanização e revolução industrial gráfica. A partir dessa época, o público passou a ter um interesse muito maior por temas econômicos, políticos e sociais. O dinamismo dos acontecimentos urbanos fez com que o interesse das pessoas em ler folhetins diários e anúncios sobre a vida em sociedade crescesse e junto com esse interesse, surgiu então o instrumento da reportagem: o repórter (LAGE, 2001).

Ao assumir o papel de agente social, o repórter passou a ser valorizado como aquele que poderia “publicizar” os fatos sociais e ser o mediador entre os interesses das elites e dos populares, como analisa Lage (2001). Dessa forma, a informação tornou-se algo necessário e substancial à vida do cidadão. Houve crescimento dos jornais e conseqüentemente da circulação das notícias.

Lage atribuiu ao repórter a função de “agente inteligente”, que por meio de sua autonomia, consegue “traduzir os discursos” do fato e transformar essa tradução numa construção de notícias que seja do interesse da sociedade. A reportagem é vista como “jornalismo mais elaborado”, quando parte do aprofundamento do fato ou constrói cenários que possam contribuir para o que se está propondo transmitir.

A informação torna-se, portando, matéria-prima fundamental e o jornalista um tradutor de discursos, já que cada especialidade tem jargão próprio e desenvolve seu próprio esquema de pensamento (compare-se a fala de um diplomata com a de um militar ou a de um assistente social com a de um economista). (LAGE, 2001, p. 9).

A reportagem possui caráter social que pode resultar na formação de opinião acerca de algum assunto de interesse do público. Ela apresenta algumas características que a diferencia da notícia. A narrativa dos fatos na reportagem está além da lógica utilizada na construção da notícia, ou seja, não é apenas a cobertura do fato, mas uma maneira mais profunda de descrever, narrar e informar sobre determinado tema.

A reportagem é hoje um gênero tratado com mais atenção por parte dos jornalistas, já que devido a sua extensão e profundidade, exige um processo de

produção mais complexo. A maioria, senão todos os meios de comunicação que se propõem ao jornalismo, apropriaram-se do formato reportagem em suas produções, no rádio não é diferente.

A produção e veiculação de grandes reportagens tornaram-se comuns no rádio, muitas vezes divulgadas em episódios. Faz-se necessário entender a importância do rádio e da linguagem radiofônica no que diz respeito à produção jornalística e necessário ainda entender as novas adaptações de conteúdo de áudio, agora consumidos em diferentes formatos.

O rádio surgiu há quase 90 anos e desde então ele continua firme e presente em pelo menos 80% dos domicílios brasileiros³. A diferença é que como meio de reprodução jornalística, ele acabou se tornando parte da convergência midiática do século XXI. Sendo um dos veículos mais eficiente e admirado pelas pessoas. O motivo de tal admiração perpassa o objetivo essencial que é a reprodução de conteúdo de áudio. O rádio, em sua totalidade, é capaz de transmitir ao ouvinte sensações que nenhum outro meio consegue.

De acordo com Neuberger (2012) ainda é comum o rádio ser o melhor amigo do homem do campo. Ela pontua que no dia a dia não é muito fácil para as pessoas perceberem a presença do rádio em suas vidas, mas em determinados momentos, quando se dão conta que essa presença “sutil” é constante, percebem o quão importante é este meio para a veiculação da informação.

A linguagem radiofônica em suas infinitas linguagens é capaz de transmitir ao ouvinte além da informação, as emoções, os ambientes, os sons e as sensações necessárias para evidenciar a importância das histórias que serão contadas. A linguagem própria do áudio permite ainda aos ouvintes “criarem” em seu imaginário as imagens dos sons. (CÉZAR, 2009)

Ferraretto e Klockner (2010) pontuam que o rádio, apesar de continuar ativo e utilizado de forma precisa no jornalismo, é pouco valorizado por estudantes universitários, que de acordo com os autores, só veem o aspecto “comercial” deste meio de comunicação. Eles defendem que a memória e a história do rádio seja ensinada e nunca esquecida, principalmente nas faculdades de comunicação.

Outro fator positivo em relação a este meio é a capacidade de alcance que possui, não levando em conta a região geográfica, o nível de alfabetização, a idade

³ Fonte: IBGE. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/> . Acesso em 5/11/2018

ou o nível socioeconômico. Ainda hoje, a democratização exercida pelo rádio faz com que regiões longínquas tenham acesso a informação e ao lazer, como postula Cyro César.

Entre os meios de comunicação de massa, o rádio é, sem dúvida, o mais popular e o de maior alcance público. Não só no Brasil como em outras partes do mundo, constitui-se o único meio a levar a informação e o entretenimento para populações de vastas regiões que não têm acesso a outros recursos, por motivos geográficos, econômicos ou culturais. (CÉSAR, 2009, p. 119).

Essa capacidade de alcançar espaços que outros meios como a TV e a internet não conseguem, permite-nos acreditar que a máxima “o rádio vai acabar”, tão comum nos discursos midiáticos atuais e até mesmo nas salas das universidades, não seja verdadeira.

A linguagem radiofônica é capaz ainda de entreter e sensibilizar o ouvinte por meio das melodias, dos sons e das trilhas utilizadas, além dos chamados sons ambiente, responsáveis por transmitir a veracidade e realidade do que está sendo veiculado, mesmo que seja ficcional, o que Ortriwano (1995) chama de sensorialidade.

Ao mesmo tempo, a linguagem radiofônica desperta a imaginação através da emoção das palavras e dos recursos de sonoplastia, permitindo que as mensagens tenham nuances individuais, de acordo com as expectativas de cada um. No caso da televisão e do impresso, a decodificação das mensagens também se dá ao nível sensorial, só que a imaginação é limitada pela presença da imagem.

No caso dos veículos impressos, a sensorialidade está muito mais contida, permitindo uma decodificação ao nível racional, sem envolvimento emocional que são criados pela presença da voz. (ORTRIWANO, 1985, p. 80)

Na TV são as imagens o objeto que permite o contato direto com o expectador, no rádio os sons têm a capacidade de reconhecer no ouvinte sentidos e emoções que não necessitam de serem vistas. Segundo Tavares, é no rádio que o fato instantâneo e a mobilidade da informação ganham mais força e por esse motivo, este meio acaba por democratizar o conteúdo transmitido.

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. (TAVARES, 1997, pág. 8).

Ainda faz-se necessário destacar a importância do áudio como recurso e/ou ferramenta utilizada na transmissão da informação e na captação da notícia, seja via rádio, TV ou internet. No caso da série de reportagens produzida e aqui descrita, o produto final poderá ser adaptado à internet como meio de divulgação, já que os conteúdos têm potencial de veiculação em diversos meios que utilizem o áudio.

Levando em conta a importância da digitalização da informação e a rapidez com que ela hoje é reproduzida, o rádio encontra na internet outros modelos de propagação.

Com as novas ferramentas de edição e montagem auditiva, o áudio ganhou uma nova dimensão contribuindo para o surgimento de novas ferramentas sonoras. Segundo Nora Paul (2007), a internet é capaz de oferecer certo suporte à informação e conseqüentemente ao rádio. Tornou-se comum, por exemplo, a divulgação multimídia de reportagens, essencialmente produzidas em áudio, veiculadas em outras plataformas, como a internet.

Com a ascensão da rede de internet e das novas plataformas de comunicação, a linguagem radiofônica passou por diversas transformações. Nos últimos anos houve certa “migração” dos conteúdos radiofônicos para a rede e houve adaptação tecnológica para que o rádio continuasse presente em plataformas digitais como *smartphones* e *tablets* (MENEZES e CARDOSO, 2012).

A internet permitiu que a informação chegasse ao cidadão de forma mais veloz e instantânea e contribuiu ainda para inúmeras adaptações em outras plataformas de veiculação da notícia e o rádio é uma delas. Com as novas ferramentas de rede, o rádio tornou-se “mais quente” e mais ágil.

Lopez (2010) explica que é preciso que haja um olhar atento por parte do rádio em relação às novas demandas geradas pela sociedade atual, que enxerga nas novas tecnologias maneiras distintas de buscar a informação. A convergência midiática gerada a partir das novas tecnologias exige dos profissionais e pessoas

interessadas no rádio uma nova postura diante da produção de conteúdos jornalísticos.

É relevante citar, por exemplo, a produção de *podcasts* (conteúdo de áudio em formatos narrativos sobre diversos temas, veiculados na internet), que já se configura como nova produção de linguagem jornalística em áudio, e de certa, uma nova manifestação da produção radiofônica.

Ferrarretto (2009) pontua que a internet age como “um potencializador das características essenciais do rádio”, que resulta em diferentes narrativas.

Em todas as etapas do processo de comunicação, inclusive a que se refere à produção de conteúdo, o rádio da era da internet não é mais o mesmo de antes do surgimento e da consolidação da rede mundial de computadores (FERRARETTO, 2009, p. 2).

b. Deficiência: Construção Social

A deficiência ultrapassou o *status* de condição biológica e partiu para o estado de construção social. Significa enxergá-la como um processo de opressão e estigmatismo social que acaba por desfalecer a essência da construção da cidadania, que deveria ser natural para todas as pessoas, deficientes ou não. Segundo Diniz (2012, p. 9) “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”.

A autora explica ainda que a consideração da deficiência física como forma de opressão pelo corpo acaba aflorando os mesmos sentidos opressores causados pelo sexismo ou pelo racismo. A opressão social construída a partir da desconsideração do outro como alguém que precisa ser excluído socialmente acaba gerando o que Diniz define como “a que humilha ou segrega o corpo deficiente”.

Perceber a deficiência como um estrato social é analisar de que forma a sociedade construiu esse olhar excludente. Algumas observações relevantes dentro do campo da ciência social mostram que houve avanços, mesmo que pareçam pequenos.

Por exemplo, a troca de termos como “aleijado”, “manco”, “retardado”, “pessoa portadora de necessidades especiais” ou “pessoas especiais” por termos

mais apropriados e que não acentuam a opressão social como “pessoa deficiente”, “pessoa com deficiência” ou “deficiente”. Uma melhor análise sobre a questão da deficiência como construção social é feita a seguir por Débora Diniz.

Esse é um campo pouco explorado no Brasil não apenas porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica, com poucos cientistas sociais dedicando-se ao tema, mas principalmente porque a deficiência ainda é considerada uma tragédia pessoal, e não uma questão de justiça social”. (DINIZ, 2012, p.11).

Por volta de 1970, um sociólogo deficiente físico chamado Paul Hunt enviou ao jornal inglês The Guardian⁴ uma carta onde pedia que o jornal publicasse sobre a importância de falar dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência.

O texto curto foi suficiente para aflorar nos intelectuais da época a vontade e a disposição de trazer às pautas da sociedade discussões que até então se resumiam em questões médicas. Pessoas com deficiência eram desconsideradas socialmente e vistas como atores de tragédias reais, e que não teriam capacidade social ou intelectual.

Em 1976 cria-se a UPIAS (Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação), instituição social que viria a modificar e introduzir no contexto social do Reino Unido uma nova perspectiva sobre como a deficiência se adequava às construções sociais. O objetivo da UPIAS era fazer questionamentos frente a visão da deficiência como uma tragédia social individual, a evidenciado como “uma forma particular de opressão social como a sofrida por outros grupos minoritários”.

O estudo de Diniz (2012) perante o tema pressupõe ainda que a deficiência vista como forma limitada de participação social e cidadã contribui diretamente para a exclusão e segregação de minorias. A autora questiona em dado momento: “Seria um corpo com lesão o que limitaria a participação social ou seriam os contextos poucos sensíveis à diversidade o que segregaria o deficiente?” (p. 16).

Um relatório conduzido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2014, nomeou e classificou de forma “inclusiva” e com respaldo na nova forma de enxergar a deficiência, conceitos comuns, mas que até então vinham carregados de

⁴ Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/nov/30/uk-education-disabled-children-home-school-inclusion> . Acesso em 8/11/2018

preconceitos e divergências, entre estes conceitos, a própria deficiência. Logo, a “Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde” da OMS caracteriza a deficiência como:

O resultado de um relacionamento complexo entre as condições de saúde de um indivíduo e os fatores pessoais e externos. É um conceito guarda-chuva para lesões, limitações de atividades ou restrições de participação. Denota os aspectos negativos da interação entre o indivíduo e os fatores contextuais. (OMS, 2004).

“O Direito de Ser Diferente”, como tema da série de reportagens, foi pensado devido à importância e relevância que é falar sobre a diversidade humana. No caso deste trabalho, foram escolhidas três condições (duas físicas e uma do comportamento) presentes na vida de milhões de brasileiros. O nanismo e a deficiência visual são consideradas deficiências físicas e por essa razão, estão diretamente relacionadas à questões de saúde física e motora.

Já o autismo é uma condição do comportamento que faz com que a pessoa que a possui aja de forma diferente e particular socialmente. Autismo não é considerado uma deficiência mental, mas sim um transtorno ou deficiência do comportamento.

Apesar dessas três condições serem diferentes biologicamente, nesta série radiofônica, as narrativas formadas pela história dos personagens unem as condições, já que eles defendem a [(con)vivência] com o restante da sociedade sendo diferentes da maioria, ou seja, exercendo o direito de ser diferente.

Em julho de 2015 foi sancionada a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, como também é conhecida. A LBI é um documento que descreve todas as obrigações do Estado e da sociedade para com o trato em relação às pessoas com deficiência e garante ainda o cumprimento, comprometimento e promoção dos direitos do deficiente. Em seu primeiro artigo a LBI já deixa claro por qual razão foi criada: promover a igualdade e inclusão social.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades

fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.⁵

Apesar de configurar como um importante documento que deve ser respeitado e cumprido, a LBI, por si só, ainda não foi capaz de garantir a igualdade e o respeito aos deficientes. Entre os destaques desta lei, é possível citar direitos fundamentais como educação e saúde, e direitos básicos como a informação e a comunicação e ainda, o acesso ao trato igualitário e respeitoso como garantia da justiça,

A LBI é formada por 120 artigos distribuídos em diversos temas. Alguns avanços podem ser observados desde que a lei entrou em vigor em janeiro de 2016. Apesar da completude do conjunto de normas da LBI, que em diversas situações depende do aval dos governantes, avanços como a recusa de matrícula de crianças com deficiência no ensino regular e a caracterização e punição às pessoas que cometerem preconceito contra pessoas com deficiência, são alguns dos “passos bem dados” rumo à igualdade.

Vários artigos da LBI não são muito claros em sua função e por essa razão só podem ser concretizados mediante a elaboração e aprovação de leis complementares ou leis que tratem em essência do tema. Um exemplo é a aprovação da Lei nº 13.409 de 2016⁶.

Nesta lei é garantida a cota para a entrada de pessoas com deficiência nas universidades públicas. Esse princípio, “da garantia à educação superior”, já estava descrito no artigo 28 da LBI, porém, necessitava de uma discussão mais profunda para essencialmente cumprir o proposto.

Da mesma forma, a LBI foi essencial para a formulação de resoluções voltadas ao direito à acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com dificuldades motoras. Para deficientes visuais, por exemplo, recursos como o áudio-descrição em serviços de telecomunicações configura como uma dessas resoluções. Ou ainda, a obrigação de que todos os órgãos públicos possuam canais de atendimento acessíveis.

⁵ Lei nº 13.146 de 13 de julho de 2015, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 8/11/2018

⁶ Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-norma-pl.html>. Acesso em 8/11/2018

O último censo feito pelo IBGE (2010)⁷ mostrou que cerca de 45 milhões de brasileiros possui algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. Diante desse quadro, é de suma importância que o Estado dê mais atenção a essa parcela que corresponde a quase ¼ da população brasileira. Falar de deficiência seja física ou não é um dever dos meios de comunicação, já que não é possível falar de sociedade e de cidadania se não incluirmos essa parcela da população.

De acordo com o artigo 2º da LBI:

Qualquer pessoa que tenha impedimento de longo prazo de naturezas física, mental, intelectual ou sensorial e que ao interagir com uma ou mais barreiras, seja impedida de participar de forma plena e efetiva na sociedade, é considerada uma pessoa com deficiência.

O preconceito contra pessoas com deficiência pode ser considerado como uma das maiores dificuldades para promover a igualdade. Os danos causados pelo preconceito podem ser duradouros, principalmente porque este se revela de diferentes formas e em diferentes contextos, seja no trabalho, na rua, na escola ou até mesmo na família. Quando evidenciado de forma agressiva, o preconceito pode gerar a exclusão social.

De acordo com o capítulo III da LBI, que trata do direito à igualdade e da não discriminação, as oportunidades para pessoas com deficiência devem ser as mesmas que aquelas oferecidas para quem não é deficiente. Se houver distinção, restrição ou exclusão, formas de opressão que prejudiquem, impeçam ou anulem o cumprimento dos direitos e das liberdades individuais da pessoa com deficiência, essas formas de opressão devem ser punidas, de modo a não ferir o senso de igualdade proposto pelo artigo.

Gebran (2003) explica que entender as diferenças é substancial para entender a diversidade humana e conseqüentemente não criar o preconceito em seu sentido negativo. E continua afirmando que os conceitos de “desigualdade” e de “exclusão” tornaram-se maneiras claras do reflexo que a sociedade construiu de sua

⁷ Censo 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/> . Acesso em 8/11/2018

própria imagem, trazendo à tona dilemas morais e políticos, que antes não eram tão discutidos ou de alguma forma, não tinham interesse social.

Na mesma linha, Kassir (2000) defende que a visão do “ideal”, projetada sobre a ideia de que pessoas sem deficiência são mais capazes e conseqüentemente mais eficientes que pessoas com deficiência, deve ser combatida. Maciel (2007) exemplifica por meio da ideia de construção social da deficiência que a normalidade está relacionada ao que a sociedade considera aceitável. O que estiver fora dessa linha tênue é considerado inferior.

De acordo com Mezan (1998), a palavra preconceito ainda é utilizada de modo pejorativo e geralmente atribui adjetivos negativos a um determinado indivíduo ou grupo social. Em relação a pessoas com deficiência física, intelectual ou de comportamento, o preconceito envolvido é muito maior, e esses indivíduos podem apresentar resistência durante a fase adulta em relação a socialização.

Preconceito “é o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e, portanto, adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem” (MEZAN, 1998, p. 226).

A natureza de grupo abordada pelo autor em sua consideração acerca do preconceito denota que o resultado natural da manifestação, contrária ao que é diferente ou incomum, é a exclusão social. De modo que são gerados a partir de crenças e da própria cultura pré-conceitos acerca do que é aceitável num mundo “ideal”.

Na mesma linha, Amaral (1998) explica que o modo como a sociedade enxerga e recebe pessoas com deficiência é determinante para a condição emocional e racional, tanto de quem enxerga de fora quanto para quem possui a deficiência.

Antes de mais nada, uma constatação: o fato é que (seja da ótica de quem vive, seja da ótica de quem vê) a deficiência, do ponto de vista psicológico, jamais passa em brancas nuvens. Muito pelo contrário: ameaça, desorganiza, mobiliza. Representa aquilo que foge ao esperado, ao

simétrico, ao belo, ao eficiente, ao perfeito e assim como quase tudo que se refere à diferença, provoca a hegemonia do emocional sobre o racional (AMARAL,1998, p.60).

Amaral sugere em sua explicação que é sim o preconceito o vilão da divisão das classes. Se falarmos especificamente sobre anões, cegos e autistas, essa visão de mundo fica mais clara, já que pessoas que possuem tais condições são naturalmente “separadas” e excluídas socialmente.

A naturalidade com que essa exclusão acontece está enraizada na falta de informação e de educação cidadã, princípios que deveriam ser ensinados e exercidos por todos, tornando-se parte do que chamamos de responsabilidade social.

Na análise feita por Diniz (2007), a ideia de deficiência está ligada frequentemente às limitações envolvendo habilidades consideradas “adequadas” socialmente. Porém, o que observa a autora, é que nem mesmo a sociedade sabe o que seria adequado, ou seja, quando consideradas, as diferenças devem compreender diferentes maneiras de manifestação da capacidade intrínseca a um indivíduo.

Definir, de fato, o que é adequado, o que é ideal ou o que é eficiente socialmente não é uma tarefa fácil. Isso porque a sociedade não pode definir tal idealismo sem incluir todas as parcelas sociais que formam a população. Se pelo menos um grupo, ainda que seja minoritário, for excluído desse “cálculo” social, significa que o preconceito e a exclusão social ainda serão preponderantes.

De acordo com Solomon (2013) é comum estabelecermos o que é e o que não é deficiente, e para aqueles que são, é direcionado um conjunto de leis que visam proteger e garantir os direitos desse grupo da população.

No entanto, definir deficiência mais uma vez está relacionada à questão de construção da ideia, visto que o idealismo sobre o que é ser deficiente ou não está mais relacionado à questões de padrão e até mesmo de estética, como destaca o autor.

É difícil, no entanto, demarcar onde começa a deficiência. Um homem de 1,65 metro de altura talvez preferisse ter 1,80, mas não é deficiente. Um

homem que tem 1,20 metro de altura enfrenta desafios significativos.
(SOLOMON, 2013, p. 83)

c. Mercado de trabalho e acessibilidade

A entrada no mercado de trabalho para pessoas com deficiência ainda é um grande desafio. Uma preocupação mútua, tanto de quem é deficiente quanto de quem não é. O Brasil avançou em relação à garantia do direito ao trabalho para pessoas com deficiência. Um grande exemplo desse avanço é a Lei de cotas⁸.

Mas não é difícil perceber que apesar do número expressivo de pessoas com deficiência no país, elas não estão nas ruas, não as vemos em lugares públicos e muito menos nas empresas. Essa ausência é explicada pela falta de oportunidade no próprio sistema educacional do país, que ainda é fraco e ineficiente; pelo preconceito da sociedade, que acaba resultando na exclusão social e na indiferença do Poder Público.

A falta de fiscalização da Lei de Cotas e a falta de aplicação e criação de outras políticas públicas de garantia ao direito da pessoa com deficiência permitem que ela ainda seja tratado de forma excludente e desigual ao tentar entrar no mercado de trabalho. É dever das empresas constituir em sua formação o respeito à promoção da cidadania, sem que haja acepção. E que a Constituição, garanta o mesmo trato a qualquer cidadão.

De acordo com a LBI, a garantia de oportunidades de entrada ao mercado de trabalho para pessoas com deficiência é um modo de promover a inclusão. Mas a mesma lei também observa que não basta incluir o deficiente sem proporcionar a ele todos os meios e adequações que possam possibilitar o cumprimento de suas funções no ambiente de trabalho.

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

⁸ Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm . Acesso em 8/11/2018

De acordo com dados de 2016 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁹, de cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no país, pouco mais de 418 mil estavam empregadas, o que não representa nem 1% do número total.

Se a questão é o salário recebido, o IBGE aponta que pessoas com deficiência recebem em média 11% a menos que uma pessoa que não possui deficiência. Essa discrepância em relação ao mercado de trabalho é apenas um dos obstáculos enfrentados por esse grupo da população brasileira.

A Lei nº 8.213/91 em seu artigo 93 estabelece o número de pessoas com deficiência que devem ser contratadas de acordo com o número de funcionários de cada empresa. Esta lei é popularmente conhecida como Lei de Cotas

Art. 93 – a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento (2% a 5%) dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas com deficiência, na seguinte proporção: Empresas com até 200 funcionários, o percentual beneficiado deve ser de até 2%; de 201 a 500 funcionários, 3%; de 501 a 1000 funcionários, 4%; acima de 1001 funcionários, 5%.

A Lei de Cotas como política pública de apoio à inserção do deficiente no mercado de trabalho também faz parte da pauta social e cidadã de outros países. Em alguns, o percentual exigido às empresas para a contratação de pessoas com deficiência difere do caso brasileiro.

Na França, por exemplo, a exigência é que empresas com mais de 20 funcionários contrate no mínimo 6% de pessoas com deficiência. Já na Colômbia, o governo concede isenção de impostos para empresas que manterem o número de pessoas com deficiência acima dos 10%. Os dados destes e de outros países constam no relatório “A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho” formulado em 2007 pelo Ministério do Trabalho Brasileiro¹⁰.

Uma das proposições do MTE com vista à promoção da igualdade trabalhista em relação às pessoas com deficiência é a ruptura do preconceito e da exclusão por

⁹ Fonte: MTE. Disponível em <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf> . Acesso em 8/11/2018

¹⁰ Fonte: MTE. Disponível em

<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/ainclusaodaspcdnomercdetrabalho.pdf>. Acesso em 8/11/2018

meio do comprometimento de toda a sociedade. Uma das formas de promover essa ruptura é garantir à qualificação e a entrada ao mercado de trabalho por meio de parcerias, como o MTE descreve a seguir.

As empresas devem, assim, cumprir a lei em questão, esforçando-se para implantar programas de formação profissional, flexibilizando as exigências genéricas para a composição de seus quadros, de modo a, objetivamente, abrir suas portas a esse grupo social em evidente estado de vulnerabilidade. Nesse sentido, é possível, então, o trabalho conjunto com organizações não-governamentais e/ou o Sistema S (SENAI, SENAR, SENAC, SENAT e SENACOP). (MTE, 2007)

Quando ouvimos a palavra acessibilidade, o que de imediato vêm a nossa mente é a visão de vagas exclusivas no estacionamento ou elevadores para serem usados por cadeirantes, formas de acessibilidade físicas. Não está errado pensar a acessibilidade como política pública e social de garantia ao direito de ir e vir em sentido apenas físico. Porém, o conceito de acessibilidade para pessoas com deficiência ou que possuem alguma condição de comportamento diferente da maioria é bem mais amplo.

A LBI explica a acessibilidade como “Direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

Ou seja, a acessibilidade não é só um direito essencialmente exercido em espaços físicos, como elevadores, banheiros adaptados, corrimões, rampas e pisos táteis. Mas também formas de acessibilidade que estejam diretamente relacionadas ao exercício da cidadania e da sociabilidade, o que pode incluir, por exemplo, o uso da língua de sinais para surdos, do braille para cegos, da quantidade de luz e de barulho adequadas para autistas e da adaptação correta de banheiros e escadas para anões.

Infelizmente, o cumprimento em relação a acessibilidade ainda está longe de ser alcançado. São inúmeros os espaços coletivos, públicos e privados que permanecem sem adequação à diversidade física e de comportamento das pessoas deficientes. Dessa forma, não garantir o acesso às pessoas com deficiência a

espaços e serviços que essencialmente são direitos de todos é uma forma de violação dos direitos cidadãos.

A LBI destaca a acessibilidade como forma de garantir a autonomia de todas as pessoas, garantir que barreiras físicas, atitudinais ou de comportamento não sejam capazes de impedir o exercício da cidadania e nem o direito “à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança”, por exemplo.

A acessibilidade está relacionada à inclusão social das pessoas com deficiência e quando cumprida, representa uma forma de integrar todos que possuem alguma diferença, seja física ou de comportamento em relação aos demais.

Dentro da acessibilidade é preciso que haja “informação compartilhada” para que a sociedade como um todo aprenda e se adeque às diferenças do outro e que este não precise passar por nenhuma situação constrangedora para ter seus direitos garantidos e respeitados.

d. Condições físicas e de comportamento escolhidas

Um dos objetivos deste trabalho é evidenciar a importância da informação correta sobre nanismo, autismo e deficiência visual, de modo a garantir que a autonomia de pessoas que possuem alguma dessas condições não seja desrespeitada e que o preconceito gerado por falta de informação seja diminuído.

Nanismo

O IBGE não possui estatísticas oficiais sobre o número de adultos que possuem nanismo no Brasil, mas estima-se que pelo menos 20 mil brasileiros tenham essa deficiência física¹¹. Apesar dos avanços da medicina em relação aos efeitos dessa condição física, é urgente a necessidade de políticas públicas eficientes desenvolvidas para amparar esse público.

O nanismo é uma deficiência física causada pela ausência de hormônios de crescimento na estrutura esquelética do corpo humano, pessoas que nascem com

¹¹ Fonte: Blog Somos Todos Gigantes, disponível em <https://somostodosgigantes.com.br/>. Acesso em 9/11/2018

nanismo possuem uma altura 20% menor que altura média da população. O hormônio do crescimento é produzido pela glândula hipófise, que fica atrás do olho.

Essa glândula é que vai estabelecer a quantidade de hormônios necessários para que o crescimento esquelético do indivíduo chegue na “fase ideal” designada na herança genética. Quando os hormônios necessários não são produzidos ou não são transportados adequadamente até a corrente sanguínea, pode ocorrer o nanismo.

Segundo o Ministério da Saúde existem dois tipos de nanismo, o hipofisário e o acondroplásico. O primeiro ocorre em decorrência da deficiência do hormônio de crescimento, essa deficiência mesmo que genética, também pode ser adquirida através de alguma terapia, cirurgia, tumor ou trauma, e pode inclusive, desenvolver-se na fase adulta.

Pessoas com nanismo hipofisário possuem a musculatura esquelética proporcional a todo o corpo, ou seja, elas são pessoas simplesmente baixas. Casos comuns de nanismo hipofisário ocorreram, por exemplo, na cidade de Itabaianinha, no interior de Sergipe¹². Este tipo, ao contrário do acondroplásico, tem tratamento e pode ser revertido por meio de remédios e terapias, porém é um caso mais raro.

De acordo com relatório do Blog Somos Todos Gigantes, o nanismo do tipo acondroplásico, comum em mais de 75% dos casos de nanismo no Brasil, também ocorre devido à falta de hormônios “ideais” de crescimento dos ossos esqueléticos. Porém, neste caso, membros inferiores e superiores como pernas e braços são desproporcionais ao restante do corpo, ou seja, pessoas com nanismo acondroplásico têm as pernas, os braços, as mãos e os pés proporcionalmente menores que o tronco, a cabeça e o peito, por exemplo.

Enquanto que o nanismo hipofisário permite um crescimento a um ritmo muito lento, onde os indivíduos podem chegar a 1m30 de altura, no nanismo acondroplásico a altura pode variar entre 70cm e 1m40. Nos dois casos pode ocorrer a hereditariedade, porém, a medicina já concluiu que o nanismo acondroplásico pode acontecer com qualquer casal, mesmo que não haja histórico familiar com essa deficiência.

¹² Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464189654_366336.html. Acesso em 9/11/2018

É importante destacar ainda que o nanismo acondroplásico não tem tratamento ou cura. Esse grupo da população enfrenta a falta de acessibilidade nos prédios, shoppings, nas empresas, nos transportes, nos banheiros públicos, nas praças, nas ruas. Além da exclusão e falta de oportunidade de inserção ao mercado de trabalho.

O preconceito envolvendo pessoas com nanismo é forte e enraizado em estereótipos e constrangimentos que passam por cima do respeito e da empatia. É comum, por exemplo, o uso da imagem de anões para fazer piadas, compará-los a crianças ou trata-los de forma ridícula e desrespeitosa devido à altura mais baixa. O mais grave é que as formas de manifestação do preconceito ainda continuam sendo incentivadas pelos meios de comunicação.

Por vezes, a presença de pessoas com nanismo só acontece em programas humorísticos, enriquecendo ainda mais os estereótipos. Um dos poucos avanços em relação a esse grupo da população foi o reconhecimento do nanismo como uma deficiência entre aquelas que autorizam o acesso a políticas públicas de inclusão.

Tal avanço ocorreu por meio do Decreto 5.296, de 2004, também chamado de Lei da Acessibilidade¹³. Um dos principais pontos do decreto é a entrada de pessoas com nanismo ao mercado de trabalho público e privado por meio de cotas.

Já em 2017 – 13 anos depois – o Congresso institui o dia 25 de outubro como o Dia Nacional de Combate ao Preconceito contra as Pessoas com Nanismo por meio da lei 13.472/2017¹⁴, uma forma de conscientizar a população sobre a importância do debate e das necessidades desse segmento da população brasileira.

O olhar “exótico” da sociedade sobre os anões acaba por desenvolver uma ideia totalmente distorcida sobre as capacidades sociais e intelectuais que essas pessoas possuem.

Na obra “Longe da Árvore” de Andrew Solomon (2013), o autor explicita a forma como nós, “sociedade normal” encaramos a forma como pessoas com nanismo se relacionam socialmente. Essa visão egoísta, excludente e preconceituosa gera desdém e a falta de empatia.

¹³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 9/11/2018

¹⁴ Lei 13.472 de 31 de julho de 2017, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13472.htm. Acesso em 9/11/2018

Uma mulher normal que se casa com um cego inspira admiração; uma mulher de estatura comum que se casa com um anão inspira a suspeita de que tem um fetiche. Anões ainda aparecem em shows de aberrações, em competições de arremesso de anão e na pornografia, onde todo um subgênero que apresenta anões explora um voyeurismo coisificador. Isso dá provas de uma insensibilidade que vai além da exibida em relação a quase qualquer outro grupo deficiente. (SOLOMON, 2013, p.96)

Outra análise feita por Solomon (2013) está relacionada à forma como os pais encaram a descoberta de um filho anão. Segundo o autor, até mesmo os médicos estabelecem um “padrão” ideal de como aquele filho com nanismo deve ser visto e aceito pelos pais.

A maneira como os pais recebem essa notícia pode incidir diretamente sob a forma como eles irão amar e cuidar do filho. Por essa razão, Solomon defende que é preciso que os pais saibam de imediato “que a criança terá uma vida plena, que o nanismo não foi causado por atos cometidos durante a gravidez e que o filho pode levar uma vida feliz, saudável e independente”.

O nanismo deve ultrapassar a condição de “deficiência física” e ser tratada como identidade. Algumas atitudes por parte dos pais podem contribuir de forma positiva para que os filhos anões se sintam mais seguros e mais incluídos socialmente, como participar de encontros e trocas de experiências com outras famílias que estejam vivendo a mesma situação, por exemplo.

Solomon usa as palavras da atriz norte-americana Linda Hunt para descrever que o nanismo é parte da identidade de quem o possui, porém, sem deixar que os estereótipos e as construções sociais acerca do anão apareça como algo negativo.

O nanismo, afinal, não é como o câncer ou uma doença cardíaca. Não é fatal, e nem mesmo é uma doença. Ele é físico, penoso e inescapável. Você não o supera. Ele é você. Mas você não é ele, e isso é uma distinção importante. (HUNT, 2003, p.102)

O nanismo faz parte da vida de milhares de brasileiros. Acabar com os estereótipos e com a segregação em volta das pessoas anãs é a forma de combater o preconceito e a exclusão social que permeiam esse segmento da população. Outras forma eficiente de garantir tal igualdade é por meio de informação e de

convivência com pessoas que fazem parte desse grupo da população, já que o preconceito, na maioria das situações, é evidenciado quando não conhecemos sobre o que estamos falando.

Deficiência visual

De acordo com o último Censo do IBGE¹⁵, o Brasil possui cerca de 7,2 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual, isso equivale a 3,5% do total da população brasileira.

Apesar dos debates públicos em volta do tema, adultos cegos ainda sofrem com o preconceito e com a falta de sensibilidade por parte da população e do governo em relação à acessibilidade e ao acesso à políticas públicas de inclusão. Como estabelecem os Decretos nº 3.298/99¹⁶ e nº 5.296/04¹⁷, a deficiência visual pode ser dividida em:

Cegueira – na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Baixa Visão – significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; Ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (IBGE, 2010).

Da estimativa do IBGE, pelo menos 500 mil pessoas são completamente cegas ou incapazes de enxergar. De acordo com a OMS¹⁸ (Organização Mundial da Saúde), as principais causas da cegueira na fase adulta são o glaucoma, a retinopatia diabética, a atrofia do nervo óptico, a retinose pigmentar e a degeneração macular relacionada à idade.

O relatório do *World Report on Disability* 2010¹⁹ mostrou que os casos de cegueira são mais comuns em países emergentes e subdesenvolvidos. De acordo

¹⁵ Fonte: IBGE, disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 8/11/2018

¹⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 9/11/2018

¹⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em 8/11/2018

¹⁸ Mais informações em <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/estatisticas-da-deficiencia-visual/>. Acesso em 8/11/2018

¹⁹ Disponível em http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf. Acesso em 8/11/2018

com a OMS, pelo menos 39 milhões de pessoas no mundo possuem deficiência visual.

Entre os maiores desafios para pessoas cegas estão a inclusão social e a acessibilidade em vias públicas e coletivas, além da falta de estrutura e de preparo das entidades públicas para receber esse público. Outra dificuldade é a tentativa de entrada ao mercado de trabalho, que mesmo regido por legislação, ainda apresenta dificuldades ao cego.

A Fundação Dorina Nowill para Cegos, fundada em 1948, elaborou algumas “ações” ou “dicas”, como eles mesmo chamam, que têm por objetivo orientar sobre como pessoas que não possuem deficiência visual devem lidar com uma pessoa cega. O motivo da criação dessas “regras” é para evitar que a pessoa com deficiência seja tratada de forma excludente ou que tenha sua capacidade cognitiva questionada por não possuir visão.

É comum, por exemplo, pontua a Fundação, querermos interagir ou ajudar pessoas com deficiência quando as vemos nas ruas e nas praças, no entanto, por falta de informação, e as vezes, de sensibilidade também, acabamos invadindo de forma grosseira o espaço dessa pessoas. Entre as dicas de tratamento elaboradas pela instituição, algumas merecem destaque:

Ao andar com uma pessoa cega, deixe que ela segure seu braço. Não a empurre: pelo movimento de seu corpo, ela saberá o que fazer; Ao ajudá-la a sentar-se, coloque a mão da pessoa cega sobre o braço ou encosto da cadeira e ela será capaz de sentar-se facilmente; Ao observar aspectos inadequados quanto à sua aparência, não tenha receio em avisá-la discretamente a respeito de sua roupa (meias trocadas, roupas pelo avesso, zíper aberto etc.); Ao apresentá-la a alguém, faça com que ela fique de frente para a pessoa apresentada, evitando que a pessoa cega estenda a mão, por exemplo, para o lado contrário em que se encontra essa pessoa (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL).

Estas regras, apesar de parecerem banais, são imprescindíveis para garantir que a pessoa com deficiência não se sinta excluída ou impedida de exercer sua cidadania ou autonomia.

Entre as leis criadas para amparar pessoas com deficiência, algumas delas representam avanços muito importantes para as pessoas com deficiência visual. O

Decreto-lei nº 5.296/04 é uma delas. Conhecida como Lei de Acessibilidade, esse decreto regulamenta e dispõe sobre a obrigatoriedade em relação ao atendimento e promoção da acessibilidade em seu sentido geral, incluindo acessibilidade física, à comunicação, à informação e ao transporte.

A Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005²⁰, conhecida como Lei do Cão-Guia foi outro passo bem dado em relação a promoção da autonomia do cego. Esta lei permite que a pessoa com deficiência visual use um cão-guia em espaços públicos e coletivos e possa permanecer com ele sem ser impedida de trafegar.

Autismo

Conhecido por autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), esta condição afeta vários aspectos da comunicação, podendo influenciar também o comportamento dos indivíduos, o processo de interação e o desenvolvimento da linguagem.

A estimativa é que no Brasil pelo menos 2 milhões de pessoas sejam autistas²¹, levando em conta que muitos adultos possuem o transtorno sem saber do diagnóstico, este número pode ser ainda maior. No Mundo, segundo a OMS, o número de autistas passa de 70 milhões de pessoas²².

A falta de precisão nos diagnósticos e a dificuldade em relação ao tratamento adequado são as causas que mais prejudicam crianças autistas, e quando crescem, os adultos autistas acabam por ter mais dificuldade de enfrentamento ao transtorno, seja por vergonha, seja pela falta de oportunidade.

Apesar de atingir ambos os sexos, de acordo com pesquisa do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (2017), o número de ocorrências entre o sexo masculino é 4,5 vezes maior que no sexo feminino²³. As alterações na comunicação, interação social e no comportamento da criança autista geralmente se dá já antes dos 3 anos de idade.

²⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm. Acesso em 8/11/2018

²¹ Mais informações em <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>. Acesso em 9/11/2018

²² Mais informações em <https://nacoesunidas.org/index.php?s=autismo>. Acesso em 8/11/2018

²³ Mais informações em <http://www.facepe.br/dia-mundial-da-conscientizacao-do-autismo-02-de-abril/>. Acesso em 9/11/2018

Algumas características são comuns ao autismo e podem se manifestar na fase infantil ou já na fase adulta, entre elas: atrasos na fala, movimentos repetitivos, contato visual mínimo, isolamento social, falta de empatia, dificuldades em entender duplo sentido, humor, sarcasmo e ironias, literalidade, capacidade de reciprocidade emocional reduzida, pensamento e raciocínios concretos, dificuldade de expressar sentimentos e emoções.

As áreas da psiquiatria e neurologia ainda não têm respostas para as causas concretas do autismo. Mas pesquisas da área indicam que tanto fatores genéticos quanto sociais e ambientais podem desencadear o desenvolvimento do Espectro Autista.

No cérebro de autistas existe certa “desorganização” da estrutura, que acaba por modificar a forma como a pessoa com autismo irá enxergar o mundo, ou como irá se relacionar ou se expressar. Outra característica apontada por Solomon (2013) é a própria dificuldade motora das crianças autistas, como relata a seguir.

As pessoas autistas adotam comportamentos auto lesivos, que incluem morder a mão e bater a cabeça. Podem apresentar deficiências sensório-motoras. Muitas crianças autistas não desenvolvem a capacidade de apontar para as coisas, tendo de levar as pessoas para aquilo que desejam indicar. (SOLOMON, 2013, p.172)

Uma grande confusão é formada quando caracterizamos o autismo como doença. O autismo é um transtorno, que não tem relação direta com a saúde física da pessoa. Por essa razão, não existem tratamentos, medicamentos ou maneiras de se curar o autismo, a pessoa nasce autista e viverá com esse transtorno durante toda a sua vida.

O que pode ocorrer é que a pessoa autista pode encontrar maneiras de “suavizar” ou “facilitar” a forma como encara o mundo e como se relaciona socialmente. Esse “tratamento” é feito a partir de terapias com médicos, psicólogos e psiquiatras.

De acordo com a cartilha “Direitos da Pessoa com Autismo”²⁴ (2011), elaborada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cada autista é diferente do outro. O espectro autista não possui tipos, mas sim características mais comuns em uns do que em outros.

Nos últimos anos o diagnóstico do autismo tornou-se mais comum, isso não significa que pessoas autistas tenham começado a existir recentemente. O fato é que antigamente, por causa da falta de informação sobre essa condição do comportamento e de preconceitos criados em volta de quem possui esse transtorno, acabava por “excluir” ou “esconder” pessoas com autismo.

Para os pais é muito complicado receber o diagnóstico do filho autista. Como pontua Solomon (2013, P. 212): As incompetências associadas ao autismo às vezes se aglomeram num nível terrível de dor — dor pela pessoa com autismo e dor pelos que tentam cuidar dela.

Orientações com psicólogos e psiquiatras podem ajudar no processo de aceitação. A psicoterapia, forma de acompanhamento terapêutico, é uma das maneiras de ajudar os pais ou responsáveis a entender e aceitar o que está acontecendo (Cartilha Direitos da Pessoa com Autismo, 2011). Na psicoterapia, sentimentos comuns como negação, raiva, rejeição, culpa, e ressentimento são trabalhados sem julgamentos ou críticas.

Para os autistas, o mais complicado é enfrentar o preconceito e o julgamento das pessoas, que geralmente os enxergam como “doidos”, “estranhos”, “débeis mentais” ou “deficientes mentais”. Todos estes termos acabam contribuindo mais fortemente à exclusão e isolamento social dos autistas.

Os autistas podem sofrer diversos tipos de discriminação, além de agressões verbais e físicas, e como eles têm dificuldade de comunicação, às vezes não conseguem nem mesmo expressar o próprio sofrimento ou ameaça que estejam enfrentando. A discriminação também é revelada quando autistas são vistos como incapazes e por essa razão lhes são negados empregos ou o acesso à educação.

A legislação brasileira possui algumas proposições que protegem os direitos dos autistas. Uma delas é a Lei 12.764, chamada de Política Nacional de Proteção

²⁴ Disponível em

https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/34/figuras/DireitosPessoasAutismo_Leitura.pdf. Acesso em 8/11/2018

dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista²⁵. Entre os direitos conquistados na lei estão o que garante a frequência de autistas em escolas regulares.

6 ETAPAS DE PRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido em três etapas: A pauta e pré-produção, a produção e a pós-produção.

a. Pauta e Pré-produção

Durante os cinco anos em que estive na UnB, sempre tive interesse em temas sociais e de direitos humanos. Escolher falar de pessoas com deficiência e com transtorno de comportamento já era uma ideia inicial para o projeto de conclusão de curso, mas que só foi confirmada no penúltimo semestre, quando elaborei o Pré-projeto de Conclusão de Curso.

Em relação à escolha por uma produção radiofônica, sempre tive claro em minha mente que o meu TCC seria em rádio, os motivos são desde as boas experiências de estágio que tive na área até a solidez e importância deste meio de comunicação para o jornalismo.

Durante a produção do Pré-TCC eu já havia pesquisado por referências bibliográficas, reportagens de rádio e reportagens online que tivessem relação com a temática. Essa pesquisa bibliográfica prévia foi muito importante para a justificação e base da memória aqui relatada assim como da produção dos episódios da série.

Naturalmente procurei como orientador um professor da Faculdade de Comunicação da UnB que fosse da área de linguagem radiofônica e sonora. Ao aceitar me orientar, me reuni com o professor Carlos Eduardo Esch. Sugeri inicialmente produzir uma série radiofônica que tratasse de quatro condições, duas físicas e duas do comportamento (deficiência visual, nanismo, autismo e síndrome de Down).

Nos nossos três primeiros encontros definimos que eu iria refinar a ideia pois eu não queria produzir reportagens que fossem meramente descritivas das

²⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 8/11/2018

condições escolhidas. Logo depois, ficou definido que o foco das reportagens seria a discussão sobre os dois papéis que a sociedade costuma limitar às pessoas com deficiência: o de “super-herói” - que supera as dificuldades e é visto como uma grande exemplo - e o de “coitadinho”, que sempre está recluso e não é capaz de viver socialmente.

Definimos ainda que a série não seria dividida por “tipo de condição”, mas sim, por temas que pudessem incluir personagens variados de acordo com a condição que possuíam. Para a pré-produção, o contato inicial com as fontes se deu através de pesquisas na internet em sites e redes sociais de associações, instituições e ONGs que tivessem alguma relação com as temáticas.

O próximo passo foi a escolha dos personagens, que, por uma questão editorial, deveriam ser todos adultos. Além de pessoas com autismo, pessoas com nanismo e pessoas com deficiência visual. Os episódios incluiriam ainda médicos, psicólogos, sociólogos e especialistas em temas ligados à questão da deficiência física ou de comportamento.

b. Produção

Ao iniciar a produção, já com parte dos personagens definidos, me deparei com a primeira dificuldade: a distância geográfica de algumas fontes. Inicialmente, todas as entrevistas seriam feitas presencialmente, com a utilização de um gravador de voz, mas, em acordo com o meu orientador, resolvi que aquelas que não fossem possíveis pessoalmente, seriam feitas por telefone por meio do estúdio de áudio da Faculdade de Comunicação (FAC).

Os relatos eram gravados e armazenados em um *pen-drive* particular e também no servidor do estúdio de áudio da FAC. Não haviam lugares fixos para a realização das entrevistas. Boa parte delas foram feitas nos locais de trabalho das fontes, e outras em ambientes de lazer escolhidos pelos entrevistados.

Um segundo problema surgiu no decorrer das captações das entrevistas: a dificuldade em encontrar personagens com síndrome de Down que estivessem dispostos a falar. Diante dessa dificuldade, decidi retirar da ideia inicial a abordagem sobre pessoas Downs. A decisão foi acordada junto ao meu orientador, e dessa

forma continuei com a produção, mas agora sob três abordagens (nanismo, autismo e deficiência visual).

Todas as entrevistas foram coletadas entre agosto e a penúltima semana de setembro. Durante esse período, eu e meu orientador nos encontramos por mais duas vezes, onde eu apresentava as minhas perspectivas em relação às entrevistas e ele me orientava a ir pensando em como as ideias do roteiro seriam estruturadas, já que nós iríamos “misturar” a abordagem das condições relatadas.

Finalizadas todas as entrevistas, iniciei a pesquisa por material bibliográfico que desse base aos episódios, que até então não tínhamos definido quantos seriam e qual seria a duração de cada um. Definimos uma data para a entrega de um “mapa mental” onde eu relataria uma ideia inicial em relação às divisões dos episódios e como estes seriam estruturados.

Roteirização

Após a aprovação do mapa e dos personagens escolhidos, assim como a abordagem que seria utilizada, definimos para o próximo encontro (primeira semana de outubro) a entrega de uma primeira versão do roteiro, já com os trechos dos personagens separados.

Este período foi um dos mais trabalhosos, já que as entrevistas em média duraram 1h cada. O vasto material de áudio deveria ser ouvido na íntegra para só depois eu decidir quais trechos seriam mais ideais para cada episódio. No entanto, a edição das sonoras dos personagens foi feita só depois da entrega da versão final do roteiro.

Após a entrega de uma primeira versão do roteiro, ficou decidido que a série seria composta por seis episódios e o tempo médio de cada episódio seria entre 10min e 15min.

Mais duas versões (com ajustes de texto e de sonoridade) foram feitas e consultadas pelo meu orientador e só na última semana de outubro é que obtemos a versão final. Nesse período também definimos qual seria, nominalmente, o tema final da série, o qual ficou definido como “O Direito de Ser Diferente”.

c. Pós-produção

Finalizados os roteiros, ainda na última semana de outubro, iniciei a edição das sonoras dos personagens. Os trechos já estavam separados, então não foi um processo muito complicado de ser feito.

Locução

A gravação das locuções foi a primeira etapa oficial como parte da pós-produção. Resolvi gravar em estúdio ao invés de gravar nas ilhas de edição e com o apoio dos técnicos de áudio do estúdio, finalizei a gravação em um único dia. O próximo passo foi a edição das LOCs.

Após feita a edição, eu e meu orientador tivemos mais um encontro onde ele ouviu e conferiu se as locuções estavam de acordo com a narrativa escolhida por nós.

Edição e Montagem

Gravados as LOCs e editadas as sonoras, pensamos em como seria construída a sonoridade dos episódios, visto que cada um apresenta uma perspectiva diferente sobre o tema. Iniciei a pesquisa por trilhas em banco de trilhas brancas e outros sites da internet. Também consultei arquivos do estúdio de áudio da FAC.

Defini junto com meu orientador que os episódios teriam uma “segunda voz”, que gravaria as “cabeças” e os “pés” de cada episódio. A voz escolhida foi a de Laura Quariguazy, minha colega e amiga, que também faz parte da FAC - UnB. Também construímos uma ideia para a vinheta utilizada, algo que só pôde ser concretizado com a ajuda do Gláuber Oliveira (técnico do estúdio de áudio).

Gravadas as entradas e saídas na voz de Laura Quariguazy, tive que encontrar dez pessoas que pudessem gravar em estúdio o tema “O Direito de Ser Diferente”. A frase gravada em diferentes tons, melodias e timbres foi substancial para concluir a ideia da vinheta.

Enfim, pude dar início às montagens dos episódios (processo demorado, trabalhoso e que exige grande atenção e paciência). As montagens foram feitas num período de quatro dias. Só após esse período é que uma primeira versão foi entregue ao meu orientador. As etapas seguintes resumiram-se a ajustes sonoros e técnicos, feitos em comum acordo entre eu e o Carlos Eduardo e com o apoio dos técnicos do estúdio.

A finalização veio na última semana de novembro, véspera da apresentação da banca. A série foi finalizada com seis episódios, a duração de cada um ficou entre 12 e 18 minutos. Os episódios foram armazenados em *pen-drives* e distribuídos aos membros das bancas, assim como uma cópia desta memória em versão impressa.

d. Descrição dos Episódios

Episódio 1 - Respeite minha diferença – 15'58"

No primeiro episódio optei por não explicar em termos científicos as três condições escolhidas. O tema é a visão que a sociedade tem sobre o que é ser normal. Os depoimentos descrevem como os personagens enfrentam o fato de serem vistos por alguns como pessoas incapazes de conviver socialmente ou de serem vistos por outros como super-heróis que enfrentaram todas as dificuldades da vida.

Episódio 2 – Nem tudo é genética, nem tudo é doença – 16'32"

No segundo episódio o objetivo é esclarecer ao ouvinte o que, de fato, são o autismo, o nanismo e a deficiência visual. Se essas condições humanas podem ser consideradas doenças e quais as causas e efeitos para quem as possui. A ideia é esclarecer em termos técnicos o que é o autismo, o nanismo e a deficiência visual e evidenciar a importância de se ter informação correta e suficiente para não desqualificar ou excluir aqueles que possuem características diferentes da maioria da população.

Episódio 3 – Sempre vigiado – 15’28”

O terceiro episódio tem como foco a discussão da forma como a sociedade enxerga o diferente e como essa visão acaba por criar ambientes excludentes e que fortalecem ainda mais a figura do “super-herói” ou do “incapaz”. O objetivo deste episódio é evidenciar o quanto é sofrido para autistas, anões e deficientes visuais enfrentar o julgamento diário das pessoas nas ruas, nas praças, no transporte público, no trabalho, nas escolas e nas universidades. A história contada nesse episódio destaca ainda a invasão da privacidade sofrida por essas pessoas quando elas querem apenas viver e conviver.

Episódio 4 – Família – 14’

No quarto episódio o tema principal é a discussão da importância da família. Quando pais ou responsáveis descobrem que algum membro familiar possui autismo, nanismo ou deficiência visual, o que eles sentem, como lidam com a situação? O objetivo não é definir o que deve ser feito, já que cada família possui uma forma diferente de enfrentar, mas sim, compartilhar a história dos personagens para que talvez outras famílias se identifiquem.

Episódio 5 – Preconceito e Aceitação – 12’33”

No quinto episódio foram escolhidos dois temas centrais: o preconceito e a aceitação. A construção da narrativa foi construída de forma a evidenciar as mais variadas situações de preconceito que as personagens já sofreram, mas sem deixar de contar sobre como enfrentaram tal preconceito e como isso não foi capaz de impedir o crescimento pessoal e profissional delas. A abordagem também vai tratar da questão da aceitação da própria condição sendo autista, anã ou cega.

Episódio 6 – Vida Profissional e Acessibilidade – 17’30”

No sexto e último episódio, a narrativa baseia-se em dois temas principais: a entrada de autistas, anões e deficientes visuais no mercado de trabalho e a falta de acessibilidade nos espaços públicos e coletivos para estas pessoas. Para caracterizar essas duas temáticas, são discutidas estatísticas que mostram a necessidade de providenciar um mercado de trabalho mais inclusivo para pessoas com deficiência e urgência em criar-se políticas públicas eficientes e que possam

apresentar resultados positivos em relação aos deficientes. Também são brevemente relatadas algumas das principais leis que protegem os direitos das pessoas com deficiência.

7 ORÇAMENTO

Pen-drives utilizados para armazenamento do material: R\$ 75,00

Passagens de Ônibus: R\$ 150,00

8 CRONOGRAMA

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Primeiro contato com o tema. Início de leituras e ideias iniciais sobre a narrativa	Definição final do tema. Início do contato com as fontes. Leituras e pesquisas sobre as narrativas abordadas. Primeiro contato com o orientador	Realização das entrevistas, mais leituras e encontros com o orientador para definir a estrutura do trabalho
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Finalização das entrevistas, definição de roteiro e início da edição	Finalização da edição, montagem e estruturação da memória do projeto	Apresentação à Banca

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito difícil pensar num projeto de Conclusão de Curso que realmente faça alguma diferença na área de formação do graduando. No meu caso, sempre pensei que seria importante para o início de minha formação profissional produzir algo que não ficasse engavetado depois de ser apresentado à Banca e o mais importante, produzir algo que fosse relevante para o jornalismo.

Entrar no universo do autismo, do nanismo e da deficiência visual, como repórter em processo de amadurecimento e como cidadão, me fez ter certeza como é grande a necessidade de falar sobre estes temas que passam despercebidos por nós.

A maior satisfação que tive produzindo esta série foi compartilhar a emoção, a tristeza e as experiências de vida dos entrevistados. E como resultado, desconstruí inúmeros paradigmas que antes eu tinha sobre a vida e vivência das pessoas com deficiência.

Escolher produzir uma série de reportagens em rádio que pudesse tocar as pessoas foi um passo bem dado em direção ao início da minha vida profissional como jornalista, foi exatamente por essa razão que escolhi estudar jornalismo: informar e promover reflexões sociais.

Ao pesquisar sobre o tema e decidir falar sobre pessoas com deficiência, percebi o quão necessário é a informação e quão importante é o papel do jornalismo em divulgar e contar a história de pessoas reais, que têm muito a expressar, mas que por falta de oportunidade, são simplesmente esquecidas por nós.

Usar o rádio como meio para divulgar as histórias relatadas na série foi outra parte gratificante deste trabalho, não apenas por seu encantamento natural para mim, mas porque a linguagem do rádio toca corações, e transporta o ouvinte para lugares que só ele pode conhecer.

Claro que o número de pessoas com quem falei é uma amostra mínima da quantidade de brasileiros que possuem as mesmas condições. E claro, existem milhões de histórias diferentes, milhões de experiências que poderiam ser relatadas de outras formas, que trariam outras perspectivas à série, no entanto, foi esta a minha contribuição, mínima, mas muito verdadeira em seu propósito.

Gastar horas pesquisando por trilhas sonoras que pudessem construir o ambiente de fala dos personagens e depois adequar essas trilhas aos episódios foi um dos momentos mais interessantes durante a produção deste trabalho, isso porque o áudio é capaz de exercer certo “treino” sobre você, e me atrevo a dizer que as vezes a diversão surge quando percebo que posso “brincar com minha voz” e adequá-la aos discursos narrativos.

Finalizo este ciclo da minha vida com muito orgulho de ter escolhido o jornalismo como profissão, a produção sonora como “meio” de conclusão do curso e a deficiência como tema social que deveria ser um alvo mais comum do trabalho feito pelo jornalismo.

Por que fingir que pessoas com deficiência não existem? Por que ao invés disso, não nos aproximamos e tentamos entender as perspectivas de vida que elas têm? O mundo fica mais fácil, mais maleável, mais humano quando isso acontece. E como jornalista, acho que esse é um dos meus deveres: prover a informação e o conhecimento acerca do que é diferente.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. – 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007.

AMARAL, Lígia. **Sobre crocodilos e avestruzes:** falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J.G. (Org.). *Diferenças e preconceitos*. São Paulo: Summus, 1998. p.11-30.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **A construção do eu de crianças cegas congênitas.** *Natureza Humana*. 2007. p.129-153.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CARDOSO, J. E. O., MENEZES, Marcelo. **Comunicação e cultura do ouvir.** São Paulo: Plêiade, 2012. 494 p.

Cartilha: Direitos do Autistas. Disponível em:

http://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao__pessoa__deficiencia.pdf. Acesso em 6/11/2018.

Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência. Brasília. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em 8/11/18.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

Disponível em: http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf. Acesso em 8/11/2018.

CAETANO, Kati; LARANJEIRAS, Álvaro; QUADROS, Claudia. **Jornalismo e convergência**: ensino e práticas profissionais. LabCom Books. 2011.

Da Segregação à Integração: Um Processo para a Construção da Cidadania. II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano Sobre Síndrome de Down. Brasília, DF, 1997.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em 9/11/2018.

DINIZ, Débora. **Deficiência, Saúde Pública e Justiça Social**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 96 p.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de Relacionamento Pessoal, Social e Emocional**. Artmed, 2008.

FERRARETTO, L. A. **Possibilidades de convergência tecnológica**: pistas para a compreensão do rádio e das formas do seu uso no século 21. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. 30º Congresso Brasileiro de Comunicação. Santos, 1º set. 2007. 15f.

FERREIRA, M.A.V. **La construcción social de la discapacidad**: habitus, estereotipos y exclusión social. Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas. 21- 138. 2008

GEBRAN, Philomena. **Desigualdades ...** [et al.], - Rio de Janeiro, 2003.

KASSAR, M. C. **Marcas da história social no discurso de um sujeito:** Uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência. Cadernos Cedes, ano XX, nº 50, abril de 2000.

KLOCKNER, Luciano. **E o rádio? novos horizontes midiáticos** [recurso eletrônico] / org. Luiz Artur Ferrareto, Luciano Klöckner. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 646 p.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: <http://blog.handtalk.me/lei-brasileira-de-inclusao-educacao/>. Acesso em 9/11/2018.

LIRA, M. C. F.; Schlindwein, L. M. **A pessoa cega e a inclusão:** um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. Caderno Cedes. 2008.

LOPEZ, D. C. **Radiojornalismo hipermidiático:** tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. LabCom Books. 2010.

MACIEL, C. T. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.** 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais.

MELO, A. M. M. R. **Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;** São Paulo. Associação de Amigos do Autista, 2001.

MEZAN, Renato. **Tempo de muda:** ensaios de psicanálise. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

NEUBERGER, R. S. A. **O rádio na era da convergência das mídias.** Cruz das Almas: UFRB, 2012.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio**: os grupos de poder e determinação de conteúdo. São Paulo: Summus, 1985.

Pesquisa Nacional de Saúde. Brasília. IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em 8/11/2018.

PRADO, Magaly. **Produção de Rádio**: um manual prático. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Racismo e Preconceito e do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Defensoria Pública do Estado de São Paulo 1ª Edição - Março de 2011

Relatório Mundial sobre Deficiência. São Paulo. OMS, 2011. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=30701B6643DE9C6EB50153DA93F2FCA6?sequence=4. Acesso em 9/11/2018.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. Editora Brasiliense Primeiros Passos, 1980.

SOLOMON, Andrew. **Longe da Árvore**. Companhia das Letras, 2013.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou**. São Paulo: Atlas, 1986.